ISSN: 2358-8829

ENVELHECER É RESISTIR: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA SOBRE A VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA

Vanessa Paloma de Lima Silva [1]

INTRODUÇÃO

Compreender a velhice exige ultrapassar a superfície dos fenômenos e apreendê-la como uma produção social, determinada pelas condições históricas de reprodução da vida. Este relato apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida com uma turma do segundo ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professor Almir Olímpio Alves, localizada no município do Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco.

O objetivo consiste em promover reflexões críticas sobre o processo de envelhecimento e a velhice, contribuindo para a valorização da pessoa idosa. Para tanto, articulam-se conhecimentos e habilidades de Língua Portuguesa previstos na Base Nacional Comum Curricular aos temas transversais contemporâneos, compreendendo o fazer educativo como mediação para a transformação social (Tonet, 2014).

A análise fundamenta-se na Teoria Social Crítica de Karl Marx e na Gerontologia Social Crítica, compreendendo o envelhecimento e a velhice em sua relação com as condições objetivas de existência e com as relações de produção e reprodução da vida social (Campelo e Paiva; Teixeira; Keller, 2025).

METODOLOGIA

A experiência foi desenvolvida por meio de atividades didáticas que articularam conhecimentos e habilidades de Língua Portuguesa previstos na Base Nacional Comum Curricular ao estudo crítico do Estatuto da Pessoa Idosa e à análise das políticas públicas voltadas à população idosa no Brasil. O cotidiano da escola pública municipal constituiu-se, nesse processo, como espaço de produção e socialização do conhecimento e de problematização da realidade.

Foram realizadas rodas de conversa sobre o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, estudo do Estatuto da Pessoa Idosa, construção coletiva de

[1] Professora da Educação Básica. E-mail: vanessapaloma88@gmail.com

ISSN: 2358-8829

uma linha do tempo das políticas públicas e atividades de compreensão e interpretação de textos. Também foram utilizados recursos audiovisuais e promovidos debates sobre direitos sociais e previdenciários.

O percurso pedagógico articulou leitura da realidade, diálogo e problematização, compreendendo a educação como uma mediação social e não como solução isolada das contradições que estruturam a sociedade (Freire, 2021; Tonet, 2014).

REFERENCIAL TEÓRICO (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A apreensão do envelhecimento e da velhice exige, como fundamento, a ontologia do ser social. Sendo a produção da vida material a primeira premissa da história humana, o trabalho constitui fundamento ontológico do ser social e determina as condições reais nas quais a reprodução social se realiza sob a égide do capital.

Na perspectiva histórica e dialética, a velhice ultrapassa uma determinação puramente biológica ou demográfica, constituindo-se como uma produção social atravessada pelas contradições que cindem a sociedade de classes. É a partir dessa determinação que Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Solange Maria Teixeira e Suéllen Bezerra Alves Keller fundamentam a Gerontologia Social Crítica, desvelando como as desigualdades socioeconômicas acumuladas ao longo do curso da vida da classe trabalhadora determinam as condições concretas de envelhecimento e de vivência da velhice.

Essa abordagem também realiza uma crítica à estratégia familista de proteção social, que tende a transferir para o âmbito privado das famílias responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado, intensificando processos de desresponsabilização estatal e invisibilizando o trabalho de cuidado.

A educação formal constitui uma mediação necessária no processo de apropriação do conhecimento historicamente produzido. Conforme as formulações de Ivo Tonet sobre as atividades educativas emancipadoras, o espaço escolar pode contribuir para o desvelamento das contradições presentes na realidade cotidiana e para a formação de indivíduos capazes de compreendê-las, sem incorrer na concepção idealista de que a escola, isoladamente, seja capaz de promover a transformação das estruturas sociais.

O pensamento de Paulo Freire contribui para a compreensão da educação como prática comprometida com a leitura crítica da realidade. Nesse sentido, a alfabetização e o trabalho com temas socialmente relevantes podem constituir mediações para a compreensão das

determinações que condicionam a vida dos sujeitos no interior da sociedade capitalista (Freire, 2021; Tonet, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades favoreceram reflexões das crianças sobre os direitos da pessoa idosa, as diferentes formas de violência e as políticas públicas relacionadas ao envelhecimento. A construção coletiva da linha do tempo possibilitou relacionar a conquista de direitos às transformações históricas, às lutas sociais e à responsabilidade do Estado na garantia da proteção social.

A partir da Gerontologia Social Crítica, a velhice foi abordada em sua relação com a totalidade social, considerando que as condições de envelhecimento são atravessadas pelas desigualdades produzidas e reproduzidas ao longo do curso da vida. Essa compreensão contribui para superar concepções que naturalizam a velhice ou responsabilizam individualmente a pessoa idosa e sua família pelas condições concretas de envelhecer (Campelo e Paiva; Teixeira; Keller, 2025).

No processo pedagógico, a leitura, a escrita, a oralidade e a interpretação de textos constituíram mediações para a apropriação de conhecimentos sobre o envelhecimento, os direitos da pessoa idosa e a realidade social. As atividades educativas buscaram, assim, articular o conhecimento escolar à compreensão da realidade concreta, contribuindo para a problematização de concepções naturalizadas sobre a velhice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidencia a possibilidade de inserir o debate sobre o envelhecimento e a velhice no cotidiano escolar desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando os conhecimentos previstos no processo de alfabetização à reflexão sobre questões que atravessam a realidade social. O trabalho desenvolvido possibilitou problematizar representações naturalizadas sobre a velhice e apresentar às crianças a discussão sobre os direitos da pessoa idosa, as diferentes formas de violência e o papel das políticas públicas.

A articulação entre leitura, escrita, oralidade e interpretação de textos, o estudo dos direitos da pessoa idosa e os fundamentos da Gerontologia Social Crítica permitiu desenvolver uma experiência pedagógica orientada pela compreensão de que as condições de envelhecimento não podem ser explicadas exclusivamente por características individuais ou

biológicas. Ao contrário, estão relacionadas às condições objetivas de existência e às desigualdades produzidas e reproduzidas na sociedade de classes.

Os limites e as possibilidades da experiência também reafirmam que a educação não transforma, isoladamente, as estruturas que produzem as desigualdades sociais. Como mediação no processo de reprodução social, a escola pode contribuir para a apropriação do conhecimento e para a problematização da realidade, desde que sua atuação seja compreendida nos limites das condições históricas concretas.

Assim, abordar o envelhecimento e a velhice no espaço escolar não significa apenas promover atitudes individuais de respeito à pessoa idosa. Exige situar esse processo no conjunto das relações sociais e reconhecer que a defesa dos direitos das pessoas idosas está vinculada à luta pela efetivação das políticas públicas e pela superação das desigualdades que determinam diferentes formas de envelhecer.

A experiência, portanto, não pretende apresentar um modelo acabado ou atribuir à prática pedagógica resultados que ultrapassem seus limites concretos. Constitui-se como uma possibilidade de reflexão sobre a inserção do envelhecimento humano no currículo escolar, reafirmando a importância da produção e da socialização do conhecimento crítico como mediações no processo de compreensão da realidade e na direção da emancipação humana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à equipe gestora e à supervisão da Escola Municipal Professor Almir Olímpio Alves pelo suporte institucional e pela acolhida ao desenvolvimento deste relato de experiência pedagógica. Aos estudantes e às estudantes da turma do segundo ano B, pela rica vivência compartilhada no cotidiano da sala de aula. Aos integrantes e às integrantes do Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social, pelo constante diálogo científico, pelas contribuições teóricas e pelo fortalecimento coletivo de uma práxis comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 30 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 30 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 30 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: mec.gov.br. Acesso em: 30 set. 2026.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira; TEIXEIRA, Solange Maria; KELLER, Suéllen Bezerra Alves. **A contribuição do Serviço Social brasileiro à proposta da Gerontologia Social Crítica: lacunas e desafios**. Fronteras, 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

TONET, Ivo. **Atividades educativas emancipadoras**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2014. Disponível em: uepg.br. Acesso em: 30 set. 2026.